



Agricultura Ecológica, Ama Sobradinho, Amigos do Parque Nacional, Ambiental Cafuringa, Amigos da Escola da Natureza, Amigos do Futuro, AMLAC, AOPA, APES, A P W R, Ass. de Moradores do Trecho 3, Bahá'í, Berço das Águas, CABRA, CEDEAM, Cerratenses, CESA, Consciência Ecológica, Converde, A Ecopermanente, EGB, Ekip Naturama, CEBRAC, FUNATURA, FSD, GAIA 21, GAYA, Huah, IAV, IBRAV, IDA, IECSIAB, INESC, IPAM, ISPN, Inst. América das Terras Índias, ITEM, MEL, Juventude Ativa, Patrulha Ecológica, Pé na Estrada, Recicla Brasil, SAPEG, SAPEN, SCAP, Sobotânica, UAL, UEB, Vida-Verde, Voluntários Candangos e WWF.

CONTRIBUIÇÃO DO FÓRUM DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS AMBIENTALISTAS DO DISTRITO FEDERAL AO ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO CRÍTICA DE ESCASSEZ HÍDRICA NO DF

Prezados Conselheiros,

Considerando as proposições do CRH/DF e CONAM/DF formuladas para serem apreciadas na reunião conjunta CONAM/CRH/DF, em 4/10/2016, nós do Fórum das Ongs Ambientalistas do Distrito Federal gostaríamos de submeter alguns pontos que julgamos serem medidas emergenciais, de curto prazo. Mas acreditamos, principalmente, que é fundamental que o Governo do Distrito Federal concentre nas medidas estruturantes, permanentes, de longo prazo, com relação à escassez hídrica. Caso contrário, estaremos aqui nos próximos anos, com outros governos, mas tratando novamente de crise hídrica e racionamento de água. infelizmente, como nos foi dito *“A primeira coisa que a chuva leva é a memória da seca”*. E, no nosso caso, essa lembrança parece nunca ter existido por parte dos governantes.

Dissemos na reunião passada que nossas reivindicações e lutas são antigas. Há décadas o Fórum alerta para a crise anunciada. Como podem ver não eram atitudes alarmistas, mas a certeza que as informações científicas são cada vez mais robustas sobre as mudanças climáticas. E que as políticas públicas de ocupação do Território são equivocadas e impactantes, o que levou ao comprometimento, com tendência à falência, de nossos recursos hídricos.

O problema enfrentado agora de escassez hídrica é fruto combinado dos seguintes problemas: chuva que segue rareando a cada ano; irresponsabilidade e desleixo de governantes com as ocupações maciças nas áreas de recargas dos lençóis freáticos – sejam elas regulares ou irregulares ; pressão antrópica sobre as Áreas de Proteção de Mananciais (APMs) da CAESB; consumo irresponsável e abusivo do uso da água pela população, seja nas áreas urbanas ou rurais; perdas de água dentro do sistema de abastecimento da CAESB; parcelamentos do governo sendo liberados considerando apenas as disponibilidades hídricas futuras da CAESB, e sem apresentar os impactos na unidade hidrográfica do empreendimento; entre outros.

É fato que as modelagens climáticas nos informam que as estiagens severas e prolongadas tendem a ser a regra e não a exceção. A Agência Americana NASA prevê, até o final deste século, que as mudanças climáticas irão reduzir em 45% o volume de chuvas na região Central do Brasil. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que haverá também um aumento significativo nas temperaturas. Logo, não se pode esquecer do aumento da evaporação d'água. Ou seja, estamos falando desde a perda de umidade dos solos até a redução de água das barragens.

Frente aos efeitos adversos associados à mudança do clima, há duas vertentes que precisam ser tratadas: medidas de mitigação e de adaptação. A primeira, correspondente ao longo prazo, onde é preciso reduzir as emissões dos gases causadores do efeito estufa. No caso do Distrito Federal, devemos nos concentrar na emissão de CO₂ por queima de combustível de veículos, queimadas e desmatamentos. Em relação à adaptação, trata-se do curto prazo, onde assumimos que as mudanças já estão em curso, e cabe agora evitar perdas e danos, construindo sociedades mais resilientes, onde os sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura devem se adaptar para enfrentar secas severas cada vez mais prolongadas.

Assim, o Distrito Federal precisa de medidas de caráter emergencial, com esforços concentrados em gestão da demanda. Mas, principalmente, medidas estruturantes que impeçam ou pelo menos mitiguem os riscos associados à mudança do clima.

Para tal, o Fórum propõe:

A. CONDIÇÕES GERAIS E URBANAS

CURTO PRAZO (máximo de um ano) E MÉDIO PRAZO (máximo cinco anos)

1. Estabelecer prazo para que a CAESB informe ao CONAM/ CRH como estão as Áreas de Proteção de Mananciais (APMs) que foram desativadas e/ou abandonadas. E se há condições de reativação. Caso haja, quais são as medidas que devem ser tomadas de curto e médio prazos para sua recuperação. E quais são os custos para incluir nos orçamentos anuais futuros do GDF.
2. Estabelecer prazo para que a CAESB informe ao CONAM/CRH se há impeditivos em função de ocupação territorial regular e irregular dentro das APMs e o que deve ser alterado no Plano Diretor de Ordenamento Territorial para reativar as APMs ;
3. Estabelecer no médio prazo a criação de condições de financiamento e, no melhor cenário, até de subsídios, para que todos os prédios e condomínios adotem hidrômetros individuais. Para tal, criar condições para que haja informações em larga escala sobre a temática, além de parcerias com instituições de pesquisa e universidades para desenvolver novas tecnologias, para que não haja aprisionamento tecnológico ou de fabricante;
4. Trazer, no curto prazo, à sociedade, dados consistentes e transparentes quanto à quantificação dos usos por setores, residenciais e individuais, dentro de cada Região Administrativa, que permitam a implantação de medidas de economia de água até por bairros;
5. Informar, no curto e médio prazos, à sociedade sobre dados mais consistentes, transparentes e de fácil entendimento a respeito das quantificações e análises sobre a capacidade de produção de água em todas as bacias hidrográficas de captação da CAESB durante todo o ano. E, também, o grau de pressão e deterioração dessas sub bacias, incluído a qualidade de água, o nível de assoreamento e análises de integridade ecológica dos ecossistemas aquáticos;
6. Trazer no médio prazo, o monitoramento dos principais cursos d'água que alimentam todas as captações da CAESB (APMs e Reservatórios);
7. Elaborar, no curto prazo, o Plano Distrital de Adaptação à Mudança Climática, com estratégias setoriais e temáticas, conforme diretrizes do Plano Nacional de Adaptação, instituído em maio de 2016, por meio da Portaria no. 150, do Ministério do Meio Ambiente;

8. Criar, no curto prazo, o Índice de Vulnerabilidade do Distrito Federal à Mudança do Clima, com destaque para cada Região Administrativa, bem como os Índices de Vulnerabilidade à Mudança do Clima Urbana e Rural;
9. Incentivar, no curto prazo, as empresas a criarem seus Planos de Adaptação Climática, a partir das informações constantes no Plano Nacional de Adaptação, instituído em maio de 2016, por meio da Portaria no. 150, do Ministério do Meio Ambiente;
10. Criar, no curto prazo, espécies de “selos”, onde cada estrela seria relativa ao percentual de economia de água, para residências, comércio, indústrias e serviços, para que haja estímulo em economizar água. Associar também prêmios anuais e descontos em impostos ou outros tipos de incentivos econômicos;
11. Estimular, no curto prazo, que o setor de ensino trabalhe com os alunos, de forma mais frequente, o tema sobre economia de água e mudanças climáticas, com ênfase também na importância da vegetação para o conforto térmico das cidades, na recarga do lençol freático, entre outras vantagens;
12. Oferecer, no curto prazo, estímulos para as escolas criarem competições saudáveis entre elas para se tornarem mais “azuis e verdes”, tanto dentro quanto no seu entorno, incluído a economia de água e plantio de árvores. Para as escolas públicas haveria prêmios anuais ofertados pelo GDF;
13. Elaborar uma parceria, no curto prazo, entre os poderes Executivo e Legislativo para que a Câmara Legislativa do Distrito Federal crie programas sobre a temática hídrica e mudanças climáticas na sua Escola de Formação. E que comece a oferecer cursos para gestores públicos, partidos políticos e abertos ao público em geral. E que as iniciativas também atinjam programas dentro da TV Câmara e dentro das suas propagandas veiculadas em toda a mídia;
14. Estimular, no curto prazo, para que a população das áreas urbanas plantem mais árvores nas suas casas, praças, avenidas, ruas, calçadas etc. Também seria estimulado que houvesse prêmios para bairros mais verdes e que economizam mais água ao longo do ano;
15. Ampliar a cultura de plantio de árvores, estabelecendo um vínculo com o “Espírito do Lugar”, conforme Declaração de Quebec do ICOMOS. Para tal, além de ajudar na recarga de aquíferos, deve haver uma campanha do GDF para a população de cada bairro escolher qual a árvore que a representa. Esta seria então “tombada” pela Secretaria de Meio Ambiente como símbolo da memória comunitária.
16. Ainda para ampliar a cultura de plantio de árvores no DF pela população, deveria ser criada uma campanha para que a comunidade do bairro elegeisse as pessoas, que ao longo de todos os anos, desde a criação daquela Região Administrativa, contribuíram para melhoria da qualidade de vida da comunidade. Poderia ser uma homenagem póstuma. Elas então seriam homenageadas com o plantio de uma árvore dentro do Parque e/ou Praça eleito(a) pela comunidade;
17. Aproveitar que o Governo do Distrito Federal está utilizando a frase “Governo de BRASÍLIA” e resgatar que o Plano Piloto de Lucio Costa, com sua escala bucólica, é considerado uma nova categoria urbana mundial, denominada **cidade-parque**. E que ele dizia que todas as Regiões Administrativas deveriam se espelhar no que foi feito no Plano Piloto, com espaços vazios com muito verde. Daí, poderia se criar o programa denominado **“Brasília, Cidade-Parque”**, mas valendo para todo o Distrito Federal. Aproveitar o Portal do Voluntariado do GDF e começar

uma campanha forte para conseguir mais voluntários para as RA's para trabalharem nesse Programa.

18. Encontrar, no curto prazo, valores maiores de segurança hídrica para os reservatórios. Para tal, rever os volumes de referência e ações de contenção em situações críticas de escassez hídrica definidas para os Reservatórios do Descoberto e Santa Maria, conforme Resolução ADASA. Os valores definidos para estado de alerta (30%) e restrição (20%) estão muito otimistas sobre o nível de recuperação dos reservatórios Descoberto e Santa Maria. Há que se lembrar do Sistema Cantareira, onde a estiagem prolongada fez o sistema entrar em colapso, obrigando a retirada do volume morto do reservatório. No nosso caso, além desse volume parecer ser pouco dentro dos dois principais reservatórios, o DF se encontra em cabeceiras de drenagem, o que significa baixas vazões hídricas, além do volume de chuvas do Cerrado não poder ser comparado ao da região da Mata Atlântica, onde há também a influência climática do Oceano Atlântico.
19. Rever todas as zonas de expansão urbana que ainda constam do atual Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), posto que já estamos na crise hídrica. É fato que o conjunto das expansões urbanas regulares e irregulares trouxeram impactos para os sistemas hídricos. Por isso, estamos agora discutindo a crise hídrica e racionamento. Não há nenhuma informação científica que ateste, de forma segura, que as demais expansões urbanas do PDOT não vão colapsar nossos sistemas hídricos. Isso foi cobrado pelo Fórum de Ong's há anos, durante a elaboração tanto do PDOT quanto do Plano Distrital de Recursos Hídricos. O recém lançado inventário Florestal do Distrito Federal mostra apenas 23% de Cerrado natural. Caso todas as propostas do PDOT sejam realmente efetivadas, haverá desmatamento ainda maior do que resta do Cerrado, incluindo aumento das impermeabilizações. Cabe lembrar que há uma série de impactos ambientais referentes à impermeabilização do solo já efetivados e em curso. Logo, é prioritário as seguintes retiradas de áreas dentro do PDOT para expansão urbana de grande impacto para o sistema hídrico:

A) **Fazenda Santa Prisca** (parte centro-sul do DF), de frente para a Reserva Ecológica do IBGE e da Estação Ecológica do Jardim Botânico. Em primeiro lugar, porque a proposta prevê um milhão de habitantes na zona de amortecimento de duas unidades de conservação de proteção integral, ou seja, de uso restritivo, o que é proibido pela Lei do SNUC (Lei 9985/2000). Segundo, porque a expansão urbana está prevista dentro de áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade do bioma Cerrado¹. Estas áreas foram constituídas como instrumento de política pública para apoiar a criação de unidades de conservação, direcionar o licenciamento e a fiscalização e fomentar o uso sustentável dos recursos naturais e hídricos. Elas fazem parte do compromisso brasileiro dentro da Convenção sobre a Diversidade Biológica e do Plano de Ação para Implementação da Política Nacional de Biodiversidade².

As áreas prioritárias são as mesmas que devem contribuir para estabelecer os corredores ecológicos da Reserva da Biosfera do Cerrado (RBC), conforme definido pela Comissão Brasileira do Programa sobre o Homem e a Biosfera (COBRAMAB), recém ativado. Como não haverá mais fases dentro da RBC, onde o Distrito Federal correspondia a FASE 1, é

¹ Decreto MMA n. 5092/2004.

² Deliberação CONABIO n. 40/2006; PNAP, Decreto n. 5758/2006

fundamental que o planejamento territorial insira, em definitivo, não somente as zonas-núcleo³ e zonas de amortecimento⁴, que constam dos mapas ambientais do DF, mas as áreas prioritárias do MMA agora vistas como zonas de transição da RBC⁵, ou seja, os corredores ecológicos entre o DF e o Estado de Goiás.

B) Expansão do Setor Taquari e do Paranoá e Itapoã - Essas expansões serão de grande impacto, com retirada do restante de Cerrado em borda de Chapada e dos reflorestamentos, sem contar que todas estão dentro da bacia do Lago Paranoá, que irá abastecer em breve a população do Distrito Federal. Logo, o momento é de revegetar e não impermeabilizar áreas de recarga e comprometer nascentes e cursos d'água, com aumento de assoreamentos, o que reduz ainda mais os cursos d'água que alimentam o futuro reservatório do Paranoá.

20. Tornar obrigatório que todas as Estradas-Parque, que foram definidas no passado por Lucio Costa, voltem a ter seu objetivo inicial. Ou seja, todas devem ser reflorestadas, com uma faixa de largura compatível para merecer o título. Com isso, elas podem também oferecer os seguintes serviços ambientais: corredores ecológicos de dispersão de sementes; filtros para limpar o ar da fuligem veicular; filtro para reduzir a poluição sonora; conforto visual para transeuntes das vias; diminuição da temperatura, devido aquecimento do asfalto e dos motores dos veículos; e, no longo prazo, ajuda a reduzir os gases do efeito estufa.
21. Estimular o reuso da água em várias atividades humanas, com incentivos econômicos e mesmo linhas de financiamento, por linhas de crédito do Banco de Brasília ou Banco do Brasil;
22. Definir a obrigatoriedade, no médio prazo, que as novas construções façam reuso e captação das águas. Estabelecer, no longo prazo, com estímulos econômicos, que antigas construções também adotem o reuso da água. Além de incentivar/propor/incutir formas de reativação dos tanques de captação de águas existentes em muitos edifícios antigos no Plano Piloto.
23. Dar condições financeiras para a CAESB, no curto e médio prazos, para que possa diminuir as perdas no sistema de distribuição de água, de forma a ter padrões internacionais de detecção/prevenção de perdas na distribuição.

LONGO PRAZO (mais de cinco anos)

1. Criar várias metas de longo prazos para reduzir as demandas e aumentar a eficiência hídrica. Para tal, sugere-se utilizar o valor de 45% de redução do volume de chuvas estimado pela NASA como referência para medidas de longo prazo;
2. Modernizar o sistema de distribuição de água da CAESB, evitando as perdas que ocorrem no sistema. Para isso, incluir no orçamento do GDF rubrica para tal e determinar que o CRH defina um percentual do valor das tarifas de contingência em situação crítica de escassez, que será aplicado exclusivamente para substituição das tubulações daquela Empresa. Matéria

³Parque Nacional de Brasília, Estação Ecológica de Águas Emendadas e parte da APA Gama Cabeça de Veado

⁴ 3km de tamponamento

⁵ que nunca foram definidas

jornalística recém veiculada mostrou que há constantes rompimentos na rede de água devido a pressão de água em canos antigos, alguns ainda da época da inauguração de Brasília⁶.

3. Incentivar que condomínios horizontais tenham sistema de captação de água de chuva e reuso de água, sendo, inclusive, premissa para regularização. Nesse caso, também haveria incentivos financeiros e/ou financiamento do Banco de Brasília.

B. CONDIÇÕES RURAIS

A produção agropecuária no Distrito Federal pode, de forma geral, ser caracterizada por dois blocos: o primeiro composto de pequenos produtores e chacareiros que abastecem o mercado com verduras, frutas, laticínios e carnes; e o segundo, formado por produtores de *commodities*, que representam a maior parcela de terras rurais. Existem diferenças de uso da água que devem ser melhor diagnosticadas para os dois blocos. Isto permitirá uma clara definição de políticas públicas visando a eficiência do uso dos recursos hídricos, associados ao manejo das terras rurais. Sendo assim, o Fórum destaca:

CURTO PRAZO (máximo de um ano) E MÉDIO PRAZO (máximo cinco anos)

1. Elaborar um diagnóstico sobre os gastos com irrigação no DF e sobre os sistemas e equipamentos utilizados, visando a busca da eficiência na utilização da água para a produção agropecuária;
2. Elaborar um diagnóstico sobre o manejo dos solos no DF visando a busca da eficiência da capacidade de retenção de água nos solos, a qual está relacionada principalmente ao controle de matéria orgânica e controle de erosão. Deve-se considerar a necessidade de construção de estruturas para aumentar coleta e a infiltração das águas das chuvas, tais como as curvas de nível, terraços, *swales* (valas), etc.
3. Incentivar e/ou induzir as unidades rurais do DF a implantar estruturas para armazenar água das chuvas, assim como ocorre nos territórios do semiárido brasileiro, onde essa iniciativa é valorizada. Assim, a construção de pequenas represas, cisternas, e instalação de caixas d'água para coleta de águas das chuvas devem ser incluídas nas estratégias de curto e médio prazos.
4. Elaborar diagnóstico sobre o manejo dos solos e uso dos recursos hídricos nas terras convertidas para o agronegócio de larga escala e destinadas à produção de *commodities* agrícolas, soja, milho, etc. E, a partir dele, estabelecer metas de recuperação, uso racional e manejo.

C. CONDIÇÕES PERIURBANAS E URBANAS

CURTO PRAZO (máximo de um ano) E MÉDIO PRAZO (máximo cinco anos)

1. Incentivar a mesma estratégia de construção de estruturas para armazenamento das águas das chuvas nas zonas periurbanas e urbanas.

⁶ <http://g1-globo.com/distrito-federal/noticia/2016/10/regioes-do-df-registram-chuvas-mas-nivel-de-reservatorios-ainda-e-baixo.html#>

2. Mapear e utilizar águas perenes de pequenos filetes ou pequenos cursos d'água em hortas urbanas, irrigação de jardins etc. Observa-se a existência dessas fontes que se tornam invisíveis e desperdiçadas.
3. Elaborar um Plano de Manejo das Áreas Verdes do Plano Piloto para ampliar a infiltração da água pluvial.

Justificativas: Brasília é caracterizada por um paisagismo artificial constituído por vastas áreas gramadas com árvores esparsas (tipo parque), que é a escala bucólica do projeto de Lucio Costa, também tombada junto às demais (Escala Residencial, Monumental e Gregária). Na escala bucólica, de modo geral, os solos são destituídos de matéria orgânica e são compactados. Pode-se melhorar a condição paisagística para que os solos retenham mais umidade e haja maior infiltração das águas pluviais pelo gramado. Da mesma forma que as terras rurais, podem-se construir terraços, definir curvas de nível, *swales* (valas) etc.. Tudo isso pode melhorar a infiltração das chuvas, ajudar a descompactar o solo e permitir adubação, visando o aumento da matéria orgânica do solo e, por conseguinte, a melhoria da sua estrutura física e capacidade de infiltração. A adubação poderia ser proveniente de composteiras locais, dispostas a cada duas ou quatro Superquadras, que visam, além de sanar o problema nutricional e físico dos solos, diminuir o problema da disposição/logística dos resíduos orgânicos produzidos na cidade.

4. Determinar que o DETRAN e o Batalhão de Trânsito cumpram suas atribuições legais no que diz respeito a coibir a ocupação dos carros nas áreas verdes de todas as RAs que tem sido utilizadas como estacionamentos no dia-a-dia como nos eventos culturais que ocorrem ao longo do ano, com destaque para o Plano Piloto.
5. O manejo paisagístico e aprimoramento da arborização urbana e periurbanas podem contribuir de sobremaneira para a retenção de águas pluviais. O adensamento de árvores com a criação de áreas mais florestais em alguns setores pode ajudar na melhoria microclimática e capacidade de armazenamento hídrico.

D. CONDIÇÕES DE MOBILIDADE URBANA

LONGO PRAZO (mais de cinco anos)

1. Estabelecer um percentual da população do Distrito Federal a ser atingida, no longo prazo, pelo Plano Diretor de Transporte, que irá utilizar basicamente transporte público integrado (metrô, trens e ônibus) para se deslocar, incluindo a locomoção por bicicletas e a pé. Incluir questões como disponibilidade, rapidez, e menor custo. Com isso, se começa a vislumbrar uma mudança na política dos governos, que querem basicamente investir na expansão de estradas e rodovias para acomodar mais veículos e fazer obras rápidas que tragam retorno eleitoral. Como consequência, tem-se a constante retirada de vegetação, a impermeabilização do solo, o aterramento de nascentes, o assoreando e a poluição dos cursos d'água. Cabe destacar que a população das melhores cidades do mundo utilizam transporte público. Ou seja, este é um indicador de qualidade urbana.

Justificativas – é preciso aumentar as áreas verdes de todas as áreas urbanas no Distrito Federal, para armazenar mais e melhor as águas pluviais, impedindo os alagamentos, reduzindo a poluição do ar e melhorando o conforto térmico. Para tal, é necessário e uma mudança radical no modelo de mobilidade do DF. Até agora baseado em construção de rodovias, no uso do carro como transporte individual e nos ônibus como único modal de transporte coletivo. Como consequência, a cidade vem perdendo enormes áreas verdes, para dar lugar a pistas asfaltadas, viadutos e estacionamentos.

Os impactos das ampliações das rodovias, das vias urbanas e internas dos loteamentos e de aberturas para passagem de drenagem pluvial têm sido desastroso, deixando passivos ambientais nem sempre mensuráveis. É preciso reforçar a evolução do atual modelo de mobilidade do DF para uma proposta que considere a complexidade necessária de modais. Nosso sistema de transportes deve ser baseado em veículos sobre trilhos. Uma vez concebida a necessária rede de locomoção ferroviária, complementa-se com os demais modais, incluindo as bicicletas. Uma modificação futura desse modelo fará retornar grandes áreas verdes, as quais poderão ser recuperadas e contribuirão para a retenção das águas pluviais, possibilitando a recarga dos aquíferos.

Brasília, 4 de outubro de 2016

Representante - FÓRUM DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS AMBIENTALISTAS DO DISTRITO FEDERAL

Representante - FÓRUM DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS AMBIENTALISTAS DO DISTRITO FEDERAL

Representante - FÓRUM DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS AMBIENTALISTAS DO DISTRITO FEDERAL